

Perfil Nacional da Gestão de Substâncias Químicas Conasq





Perfil Nacional da Gestão de Substâncias Químicas **Conasq**



Sumário

Perfil Nacional da Gestão de Substâncias Químicas – Conasq

- **Comissão Nacional de Segurança Química – CONASQ, 5**
- **Ministério do Meio Ambiente – MMA, 7**
 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, 9
- **Ministério da Saúde – MS, 10**
 - Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS/MS, 11
 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, 12
 - Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 12
- **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, 14**
- **Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, 15**
- **Ministério da Integração Nacional – MI, 16**
- **Ministério de Minas e Energia – MME, 17**
- **Ministério das Relações Exteriores – MRE, 18**
- **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, 19**
- **Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, 20**
 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO, 20
- **Ministério dos Transportes – MT, 22**
 - Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, 22
- **Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA, 23**
- **Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM, 24**
- **Central Única dos Trabalhadores – CUT Confederação Nacional dos Químicos – CNQ/CUT, 26**

- **Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS, 27**
- **Participação das Universidades na CONASQ, 29**
- **Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS, 31**

Comissão Nacional de Segurança Química – CONASQ

A Comissão Nacional de Segurança Química – CONASQ foi criada em 2000 e seus principais objetivos são a articulação institucional e o fomento de discussões sobre segurança química, visando implementação do Programa Nacional de Segurança Química – PRO-NASQ, definido em função das necessidades e das possibilidades de melhoria da gestão de substâncias químicas no País e das diretrizes adotadas pelo Fórum Intergovernamental de Segurança Química – FISQ.

A estrutura da CONASQ é a seguinte: Presidência: Ministério do Meio Ambiente – MMA; Vice-Presidência: Ministério da Saúde – MS; Secretaria-Executiva: MMA; Plenário: instituições indicadas; Coordenadoria Técnica e Subcoordenadoria.

A CONASQ é composta por 22 instituições do setor público, do privado e de organizações não-governamentais: Ministério das Relações Exteriores – MRE; Ministério dos Transportes – MT; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde – SVS/MS; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; Ministério das Minas e Energia – MME; Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos – SQA/MMA e da Assessoria Internacional; Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC/MI; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ; Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO; Central Única dos Trabalhadores – CUT; Amigos da Terra do Brasil, representando o Fórum Nacional de ONG; Universidade de Brasília – UnB; Universidade de São Paulo – USP; Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA; Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM; Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS.

O Programa Nacional de Segurança Química compreende dez linhas de ação:

- Mecanismos de controle e fiscalização na gestão de substâncias químicas;
- Rede de Intercâmbio e Difusão de Informações para a Segurança Química no Brasil;
- Redução das Vulnerabilidades aos Acidentes com Produtos Químicos;

- Áreas Contaminadas;
- Sistema Global Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos;
- Segurança Química nas Universidades e Instituições de Pesquisa;
- Implementação de Convenções Internacionais (Estocolmo, Roterdã);
- Manejo Integrado de Pragas e Vetores;
- Inventário de Emissões e Transferência de Poluentes;
- Perfil Nacional da Gestão de Substâncias Químicas.

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Competência Legal e Responsabilidades:

- I. política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos;
- II. política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, e biodiversidade e florestas;
- III. proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais;
- IV. políticas para a integração do meio ambiente e produção;
- V. políticas e programas integrados para a Amazônia Legal.

O Ministério do Meio Ambiente tem implementado uma política institucional, em matéria de segurança química, voltada para o atendimento a demandas prioritárias nacionais e a compromissos internacionais, por meio de um modelo de atuação integrada e participativa com diversos órgãos e setores afetos à matéria.

Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos – SQA:

À SQA compete propor políticas e normas, definir estratégias e implementar programas e projetos nos temas relacionados com: (a) a política ambiental urbana; (b) as diferentes formas de poluição, degradação ambiental e riscos ambientais; (c) os resíduos danosos à saúde e ao meio ambiente; (d) a avaliação de impactos ambientais e o licenciamento; (e) o monitoramento da qualidade do meio ambiente; (f) o ordenamento territorial; e (g) a gestão integrada dos ambientes costeiro e marinho.

Atividades na área de gestão de substâncias químicas:

- Apoio à Diretoria do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA por meio da elaboração de pareceres, participação em grupos de trabalho da Câmara Técnica de Controle Ambiental em matéria de substâncias químicas e resíduos perigosos;
- Elaboração de levantamentos de informações, pareceres e relatórios técnicos pertinentes;
- Elaboração do Perfil Nacional da Gestão de Substâncias Químicas;
- Acompanhamento e implementação de Convenções Internacionais e participação em Fóruns Internacionais;
- Articulação intersetorial e interinstitucional no âmbito da CONASQ;
- Acompanhamento da operacionalização da legislação de agrotóxicos;
- Desenvolvimento de registro de emissões e transferência de poluentes;
- Participação em reuniões técnicas do MERCOSUL.

Endereço:

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 8º andar, CEP 70.068-900, Brasília-DF

Telefone: (61) 317 1373

Fax: (61) 226 8050

Home page: www.mma.gov.br

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, criado pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, constitui o principal executor da política federal de meio ambiente, das diretrizes do Ministério do Meio Ambiente, ao qual está vinculado, das resoluções do órgão deliberativo do SISNAMA e demais legislação pertinente.

Entre os objetivos do IBAMA, incluem-se:

- reduzir os efeitos prejudiciais e prevenir acidentes decorrentes da utilização de agentes e produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como seus resíduos;
- promover a adoção de medidas de controle de produção, utilização, comercialização, movimentação e destinação de substâncias químicas e resíduos potencialmente perigosos;
- executar o controle e a fiscalização ambiental nos âmbitos regional e nacional;
- intervir nos processos de desenvolvimento geradores de significativo impacto ambiental, nos âmbitos regional e nacional;
- monitorar as transformações do meio ambiente e dos recursos naturais;
- executar ações de gestão, proteção e controle da qualidade dos recursos hídricos;
- promover a pesquisa, a difusão e o desenvolvimento técnico-científico voltados para a gestão ambiental;
- promover o acesso e o uso sustentado dos recursos naturais e
- desenvolver estudos analíticos, prospectivos e situacionais verificando tendências e cenários, com vistas ao planejamento ambiental.

O IBAMA é também o Centro Nacional Coordenador da Rede Brasileira de Manejo Ambiental de Resíduos – REBRAMAR, a qual tem os seguintes objetivos:

- Promover o desenvolvimento de programas de integração entre os agentes que geram resíduos, aqueles que os controlam e a comunidade;
- Disseminar tecnologias apropriadas e estratégicas já existentes sobre o manejo ambiental de resíduos;
- Propiciar uma maior participação das universidades;
- Difundir o conhecimento sobre a avaliação e o controle de riscos ocupacionais gerados por resíduos perigosos e tóxicos;
- Coletar, sistematizar, gerar e disseminar informações sobre o tema;
- Evitar a duplicação de esforços regionais, procurando utilizar a informação e tecnologias existentes.

A Coordenação de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas – COASQ, vinculada à Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental – DILIQ, tem como competência a gestão de substâncias químicas, agrotóxicos, seus componentes e afins. Coordena e orienta as ações de registro de preservativos de madeira e de agrotóxicos e afins não agrícolas. Promove o desenvolvimento e a implantação e manutenção de sistemas de controle e apoio à fiscalização de aspectos da gestão de substâncias químicas e produtos perigosos.

Endereço:

SAIN AV. L4, Ed. Sede do Ibama, CEP 70.800-200, Brasília-DF.

Telefone: (61) 316 1347

Fax: (61) 225 0564

Home page: www.ibama.gov.br

Ministério da Saúde – MS

O Ministério da Saúde (MS) tem como área de competência os seguintes assuntos: política nacional de saúde; coordenação e fiscalização do Sistema Único de Saúde (SUS); saúde ambiental e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, inclusive a dos trabalhadores e dos índios; informações de saúde; insumos críticos para a saúde; ação preventiva em geral, vigilância e controle sanitário de fronteiras e de portos marítimos, fluviais e aéreos; vigilância de saúde, especialmente quanto às drogas, medicamentos e alimentos; pesquisa científica e tecnologia na área de saúde.

O SUS, implementado pelo MS, controla e fiscaliza serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde; executa as ações de vigilância sanitária, ambiental e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; participa do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos; colabora na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho; atua na regulamentação, controle e rotulagem de produtos dietéticos e aditivos alimentares, limites de contaminantes, resíduos de medicamentos veterinários e de agrotóxicos em alimentos; produtos de higiene, perfumarias, cosméticos, corantes, no processo de registro de agrotóxicos e afins.

O Decreto nº 4.726/2003, que estabeleceu a nova estrutura Regimental do Ministério da Saúde, criou a Secretaria de Vigilância em Saúde, com a competência de coordenar o Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde (SINVAS), incluindo ambiente de trabalho. O SINVAS compreende o conjunto de ações e serviços que proporcionam o conhecimento dos fatores de risco do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de adotar medidas de prevenção e controle em áreas prioritárias como qualidade da água para consumo humano, solos contaminados, ar, contaminantes ambientais químicos e físicos, desastres naturais e acidentes com produtos perigosos.

Para atendimento às demandas e competências do MS relacionadas a segurança química foram criadas comissões intra e interministeriais e mecanismos de cooperação, destacando-se:

- Comissão Permanente de Saúde Ambiental – COPESA, criada no âmbito do MS, por meio da Portaria nº 2253/GM e composta pela FUNASA, ANVISA, FIOCRUZ, Secretaria de Políticas de Saúde – SPS, Secretaria de Assistência à Saúde – SAS, Secretaria Executiva e Gabinete do Ministro, com o objetivo de construir a política de saúde ambiental do MS;

- Termo de Cooperação Técnica – TCT, celebrado entre o MS e o MMA, em 07/11/2001, com o objetivo de ampliar a cooperação nos assuntos de saúde e de meio ambiente;
- Grupo de Trabalho para Assuntos Internacionais em Saúde e Ambiente – AISA, oficializado pela Portaria nº 922/2001, voltado para discutir e internalizar os aspectos relacionados à saúde e meio ambiente nos acordos, tratados, convenções, protocolos e outros instrumentos de direito internacional público.

Endereço:

Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Brasília-DF

Homepage: www.saude.gov.br

Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS/MS

A Secretaria de Vigilância em Saúde tem a missão de implantar, em todo território nacional, a Vigilância Ambiental em Saúde – VAS. O SINVAS prioriza, entre outras atividades, a informação no campo da vigilância ambiental em saúde relacionados à qualidade da água para consumo humano, contaminantes ambientais químicos e físicos que possam interferir na qualidade da água, ar e solo, e os riscos decorrentes de desastres naturais e de acidentes com produtos perigosos.

As tarefas fundamentais da VAS referem-se ao conjunto de ações e serviços que proporcionam o conhecimento e a detecção de fatores de risco do meio ambiente que interferem na saúde humana. Destacam-se os seguintes objetivos:

- Produzir, integrar, processar e interpretar informações, visando a disponibilizar ao SUS instrumentos para o planejamento e execução de ações relativas às atividades de promoção da saúde e de prevenção e controle de doenças relacionadas ao ambiente;
- Identificar os riscos e divulgar as informações referentes aos fatores condicionantes e determinantes das doenças e agravos a saúde relacionados ao ambientes naturais e antrópicos;
- Intervir, com ações diretas de responsabilidade do setor ou demandando para outros setores, com vistas a eliminar os principais fatores ambientais de riscos à saúde humana;
- Promover ações junto aos órgãos afins, para proteção, controle e recuperação da saúde e do meio ambiente, quando relacionadas aos riscos à saúde humana;
- Conhecer e estimular a interação entre saúde, meio ambiente e desenvolvimento visando o fortalecimento da participação da população na promoção da saúde e qualidade de vida.

O SINVAS demanda articulação do MS com os Ministérios do Meio Ambiente, do Trabalho e Emprego, das Relações Exteriores, da Educação e do Planejamento, entre outros órgãos e agências do Governo Federal. A participação social no SINVAS se dá por intermédio do Conselho Nacional de Saúde – CNS, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e por meio de outros mecanismos de articulação com setores da sociedade, como o setor privado, organizações não governamentais (ONGs), representação sindical, entre outros.

Endereço:

Setor de Autarquia Sul, Quadra 4, Bloco N, CEP 70.058-902. Brasília – DF.
Telefone: (61) 314 6404
Fax: (61) 314 6403
Home page: www.saude.gov.br

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

A ANVISA promove a proteção da saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados. Exerce o controle de portos, aeroportos e fronteiras e a interlocução junto ao Ministério das Relações Exteriores e instituições estrangeiras para tratar de assuntos internacionais na área de vigilância sanitária.

Atua especialmente na regulamentação, no controle e na fiscalização de produtos e serviços referentes a substâncias químicas que envolvam risco à saúde pública.

A Gerência Geral de Toxicologia da ANVISA é responsável pela implantação do Sistema Nacional de Vigilância Toxicológica que atualmente desenvolve ações de avaliação e reavaliação toxicológica de agrotóxicos baseada em critérios técnico-científicos internacionais, coordena o Programa Nacional de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos em nove estados do Brasil e coordena o Programa Nacional de Informação e Assistência Toxicológica junto a 31 Centros de Controle de Intoxicação de 17 Estados.

Endereço:

SEPN 515, Bloco B, Edifício Omega, CEP 70770-502, Brasília-DF.
Telefone: (61) 448 1082
Fax: (61) 448 1076
Home page: www.anvisa.gov.br

Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

A FIOCRUZ tem por missão, gerar, absorver e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos em saúde, através do desenvolvimento integrado da pesquisas, ensino, informação, tecnologia e produção de bens e serviços, com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e para o exercício pleno da cidadania. Para atender a estes objetivos, a FIOCRUZ possui uma estrutura complexa (14 unidades técnicas) que compreende uma grande variedade de atividades que vão desde a produção e o controle da qualidade de insumos terapêuticos até a pesquisa e formação de recursos humanos nas diversas áreas que constituem o objeto saúde.

Através de seu Centro de Informações Científicas e Tecnológicas, a FIOCRUZ, mantém o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – SINITOX – cuja principal atribuição é a de

coordenar o processo de coleta, compilação, análise e divulgação dos casos de intoxicação e envenenamento humanos registrados por uma Rede composta de 31 Centros de Informação e Controle de Intoxicações, localizados em 17 estados brasileiros. O resultado deste trabalho é divulgado desde 1985 através da publicação "Estatística Anual dos Casos de Intoxicação e Envenenamento". Desde 1995, o SINITOX está integrado ao Programa Internacional de Segurança Química da OMS – IPCS/INTOX.

Com relação às atividades de formação de recursos humanos, a Fiocruz mantém cursos de pós-graduação "stricto sensu" nas áreas de Saúde Pública, Biologia Celular e Molecular, Biologia Parasitária e Medicina Tropical.

Alguns temas mais diretamente relacionados aos interesses da CONASQ, tais como o saneamento ambiental, as relações entre saúde-trabalho-ambiente e a toxicologia ocupacional/ambiental, que incluem, entre outros, a avaliação de riscos químicos e tecnológicos e a ecotoxicologia, são estudados nos cursos de Saúde Pública.

Endereço:

Avenida Brasil, 4365, Manguinhos, CEP 21045-900, Rio de Janeiro-RJ

Telefone: (21) 2598 2842

Fax: (21) 2270 3219

Home page www.fiocruz.br

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA

A SDA propõe subsídios à formulação da política agrícola no que se refere à defesa agropecuária; normatiza e supervisiona as atividades de fiscalização da produção, da comercialização e da utilização de agrotóxicos, seus componentes e afins. Essa Secretaria também implementa as ações decorrentes de decisões de organismos internacionais e acordos com governos estrangeiros relativas a essas substâncias químicas.

Atualmente, são desenvolvidas as seguintes atividades:

- avaliação agronômica para fins de registro
- registro de produtos técnicos
- registro de produtos formulados
- reavaliação técnica de produtos registrados
- registro de produtos destinados a pesquisa e experimentação
- registro de produtos exclusivamente para exportação
- controle, fiscalização e inspeção da produção, importação e exportação de agrotóxicos e de seus estabelecimentos
- controle da qualidade dos agrotóxicos
- instrução, divulgação, e esclarecimento sobre uso correto e eficaz dos agrotóxicos e afins
- apoio aos estados nas ações de controle e fiscalização dos agrotóxicos
- monitoramento dos resíduos de agrotóxicos e afins em produtos de origem vegetal
- integração do Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos – CTA
- manutenção do Sistema Integrado de Informações sobre Agrotóxicos – SIA

Endereço;

Esplanada dos Ministérios, Bloco D, CEP 70043-000, Brasília-DF

Telefone: (61) 218 2445

Fax: (61) 225 5341

Central de Atendimento ao Agricultor: DDG: 0800 611995.

Home page: www.agricultura.gov.br

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

Responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia, o MCT tem suas ações pautadas nas disposições do Capítulo IV da Constituição Federal de 1988 e é o órgão central do sistema federal de Ciência e Tecnologia.

Departamento de Assuntos Nucleares e de Bens Sensíveis – DNBS

O DNBS exerce a função de secretaria executiva da Comissão Interministerial para a aplicação no País da Convenção para a Proibição de Armas Químicas.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

O CNPq é uma fundação de fomento à pesquisa, vinculada ao MCT, cuja missão é promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do País e contribuir na formulação das políticas nacionais de ciência e tecnologia.

Compete ao CNPq, como órgão de fomento à pesquisa, participar com o MCT na formulação, execução, acompanhamento, avaliação e difusão da Política Nacional de Ciência e Tecnologia. Para o cumprimento de sua missão, o CNPq realiza duas atividades básicas: fomento à pesquisa e formação de recursos humanos voltados para as atividades de ciência e tecnologia.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

A FINEP é a agência de fomento do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) responsável pela promoção do desenvolvimento tecnológico e da inovação. Esta missão é realizada por meio dos seguintes objetivos empresariais: apoiar agentes produtores de pesquisa científica e tecnológica; fomentar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias e inovações; catalisar e alavancar investimentos em empresas de base tecnológica e cultura inovadora. O objetivo central de suas ações é ampliar a capacidade de geração e de incorporação de conhecimento científico e tecnológico na produção de bens e serviços, com vistas ao aumento da qualidade de vida da população brasileira, da competitividade de empresas e setores da economia e da correção dos desequilíbrios regionais.

Endereço:

Esplanada dos Ministérios, Bloco E, CEP 70067-900, Brasília-DF

Telefone: PABX: 317 7500 Fax: (61) 411 5612

Home page: www.mct.gov.br

Ministério da Integração Nacional – MI

Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC

A Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC, órgão específico e singular do Ministério da Integração Nacional, é o órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, responsável por coordenar as ações de defesa civil, em todo o território nacional. A sua atuação tem o objetivo de reduzir desastres e compreende ações de prevenção, de preparação para emergências e desastres, de resposta e de reconstrução, em todo tipo de evento que coloque em risco a segurança da população, afetando a incolumidade da vida humana e o patrimônio público e privado. Integra o Sistema de Proteção do Programa Nuclear Brasileiro – SIPRON, com a competência legal de promover a proteção da população, no caso de emergência nuclear e representa o Brasil na Organização Mundial Para Proteção Contra Armas Químicas – OPAQ. Nos últimos anos a defesa civil atuou em diversas emergências envolvendo acidentes com produtos químicos, com destaque para o transporte de produtos perigosos e vem empreendendo um programa de formação de pessoal para atendimento de emergências, que inclui palestras sobre proteção da população exposta a acidentes químicos e realização de simulados, tendo preparado mais de 1.500 técnicos até o momento. Para o exercício de 2003 está programada a realização de um curso específico sobre segurança química. No PPA 2004-2007 a SEDEC incluiu uma Ação denominada de Segurança Química.

Home Page: <http://www.defesacivil.gov.br>

Email: defesacivil@integracao.gov.br

Ministério de Minas e Energia – MME

Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM

Compete ao DNPM a autorização para importação de asbesto/ amianto, da variedade crisotila, em qualquer de suas formas, bem como o cadastramento das empresas importadoras. O DNPM deve fornecer, semestralmente, à Secretaria de Comércio Exterior do MDIC, relação atualizada das empresas cadastradas e aptas a realizar importação de amianto/asbestos.

Programa de Matérias-Primas e Produtos Básicos da Indústria Petroquímica

Este programa tem por objetivo aumentar a oferta de produtos básicos da indústria petroquímica para atendimento ao mercado. A estratégia de implementação consiste em aumentar o valor agregado de correntes do refino ou de gás natural como insumo da indústria petroquímica, por meio de parcerias com empresas privadas visando integração do refino com a primeira e segunda geração do setor petroquímico.

Constam do programa oito ações, mas apenas três tiveram orçamento para 2001: ampliação e modernização da fábrica de fertilizantes nitrogenados (concluída), implantação de complexo de ácido acrílico de 160.000 t/ano na Refinaria Henrique Lage (SP) e implantação de Pólo Gás-Químico no Rio de Janeiro com capacidade de produção de 500.000 t/ano de eteno. Essas priorizações fazem prever um aumento na participação desse setor no mercado.

Endereço:

Esplanada dos Ministérios Bloco "U", CEP 70065-900, Brasília-DF

Telefone: (61) 319-5131

Fax: (61) 224-8857

Homepage: www.mme.gov.br

Ministério das Relações Exteriores – MRE

Responsabilidades: cabe ao MRE negociar os termos e eventual participação do Brasil em instrumentos bilaterais e multilaterais, articulando a posição brasileira nos diversos foros relacionados a segurança química e desenvolvimento sustentável. Na estrutura do Itamaraty, é responsáveis pelo tema da segurança química é a e a Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (DPAD), uma das três Divisões do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais (DME);

Atividades: o MRE, ademais de exercer a representação formal do Brasil em foros internacionais e nas tratativas bilaterais, atua na condição de ponto focal de diversos mecanismos relativos à segurança química. Nesse sentido, busca continuamente inserção do Brasil nos debates relativos ao tema, além de buscar recursos operacionais, técnicos e financeiros que possam viabilizar estratégias de manejo adequado de substâncias químicas. Em paralelo à continuidade das negociações referentes ao escopo das três Convenções de segurança química (Estocolmo, Roterdã e Basiléia), o MRE vem, no momento, concentrando esforços nas discussões acerca da Abordagem Estratégica de Manejo Internacional de Substâncias Químicas (SAICM) e da iniciativa sobre Mercúrio e seus compostos e Metais Pesados, projetos consolidados pelo Plano de Implementação da Cúpula de Joanesburgo.

Endereço:

Palácio do Itamaraty, Esplanada dos Ministérios
Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
Anexo II sala 204 70170-190, Brasília-DF
Tels (61) 411-6193/6194
Fax (61) 2242667
homepage: www.mre.gov.br

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

Responsabilidades/Competências relacionadas à gestão de substâncias químicas:

Em Comércio Exterior:

- I. formular propostas de políticas e programas de comércio exterior e estabelecer normas necessárias à sua implementação;
- II. negociar e promover estudos e iniciativas internas destinados ao apoio, informação e orientação da participação brasileira em negociações de comércio exterior;
- III. participar das negociações em acordos ou convênios internacionais relacionados com o comércio exterior;
- IV. desenvolver atividades de comércio exterior, junto a organismos e participar de acordos internacionais.

No Desenvolvimento da Produção:

- I. identificar e consolidar demandas que visem o desenvolvimento produtivo dos setores industrial, comercial e de serviços do País;
- II. desenvolver ações que promovam o incremento da produção de bens e serviços no País e o desenvolvimento dos segmentos produtivos;
- III. formular, coordenar, acompanhar e avaliar, no âmbito do Ministério, as ações que afetem o desenvolvimento produtivo dos setores industrial, comercial e de serviços;
- IV. padronizar e disseminar informações que visem o desenvolvimento dos setores industrial, comercial e de serviços;
- V. coordenar as ações e programas relativos à qualidade, desenvolvimento e reciclagem de materiais.

Atividades/projetos em andamento, resultados alcançados/previstos:

Coordenação do Grupo de Trabalho no âmbito da CONASQ para a implementação do Sistema Global Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos – GHS. Endereço na página do Ministério: <http://www.mdic.gov.br/comext/ghs/ghs.htm>. Telefone: 329.7620, fax: 329.7385

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

São áreas de competência do MTE:

- Relações de emprego e trabalho,
- Formação profissional,
- Gestão do Fundo de Amparo ao trabalhador – FAT e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS
- Segurança e Saúde do trabalho

O MTE atua no desenvolvimento de políticas e estratégias e na implementação de ações voltadas para a proteção dos trabalhadores dos riscos químicos nos ambientes de trabalho. A coordenação dos assuntos de Segurança Química está a cargo do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho – DSST.

Como instância de decisão normativa, atua a Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), formada pelos seguintes representantes:

- Governo – MTE, FUNDACENTRO, MPAS, MS;
- Trabalhadores – CUT, CGT, FS, SDS;
- Empregadores – CNI, CNF, CNC, CNT, CNA.

O MTE coordena os seguintes projetos nacionais em Segurança Química:

- Comissão Nacional do Benzeno
- Prevenção de Grandes Acidentes Industriais – Convenção 174 da OIT
- Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos – GHS
- Capacitação para Auditores (e convidados de entidades afins) em conceitos básicos de Segurança Química e Prevenção de Grandes Acidentes Industriais

Endereço:

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, CEP 70059-900, Brasília-DF
Telefone: (61) 317 6543/(51) 3228 6544
Home page: www.mte.gov.br

Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO

Diretoria Técnica

Coordenação de Higiene no Trabalho

Planeja, coordena, acompanha e avalia programas, projetos, pesquisas e serviços na área de higiene do trabalho, com o objetivo de

identificar, prevenir e controlar a exposição ocupacional dos trabalhadores aos agentes químicos presentes no ambiente de trabalho. A Divisão de Agentes Químicos fornece suporte técnico-científico a entidades públicas e privadas, inclusive no que se refere ao aprimoramento da legislação brasileira; fomenta e participa de intercâmbio técnico-científico com entidades nacionais e internacionais.

Coordenação de Segurança no Processo de Trabalho

Realiza estudos e pesquisas sobre gerenciamento de riscos e sistemas de proteção coletiva e individual. Investiga e analisa acidentes. Realiza ensaios e testes para a avaliação da qualidade de equipamentos de proteção individual, contando com laboratórios especializados.

Coordenação de Segurança Rural

Orienta, planeja, coordena e avalia programas, projetos, pesquisas e atividades visando à identificação, à prevenção e à proposição de medidas de eliminação ou controle da exposição dos trabalhadores a fatores, condições e agentes de risco nos ambientes de trabalho na agricultura, pecuária e exploração florestal. Por meio da Divisão de Agrotóxicos atua especificamente na identificação de agentes químicos nos processos de trabalho utilizados em fitotecnia e zootecnia, propondo medidas de controle dos riscos de tais agentes nos ambientes de trabalho.

No âmbito da FUNDACENTRO, existe o Conselho Curador, com caráter tripartite e deliberativo. Desde 1996, vem funcionando a Comissão Tripartite Paritária Permanente – CTPP, cuja instituição cabe ao DSST, com o objetivo deliberar sobre prioridades e acompanhar a construção e atualização das Normas Regulamentadoras.

A FUNDACENTRO é um órgão de estudos e pesquisas e presta assessoria a órgãos de governo, como o Ministério Público, a Polícia Civil e o Poder Judiciário.

Outros canais participativos estão funcionando, tais como câmaras técnicas e comissões tripartites nacionais ou regionais, com atenção dirigida a vários setores da atividade econômica, especialmente nos temas benzeno, agrotóxicos, metais pesados e prevenção de acidentes maiores. Todos eles obedecem às diretrizes traçadas pela CTPP, trabalhando na elaboração ou revisão de normas regulamentadoras, buscando acordos coletivos, desenvolvendo ações educativas, estudos e pesquisas, editando publicações, produzindo vídeos etc.

Atividades e Projetos relativos a Produtos Químicos:

- Programa Ocupacional de Segurança Química
- Programa de Agentes Ambientais
- Programa de Agrotóxicos
- Programa de Educação

Endereço:

Rua Capote Valente, 710, CEP 05409-002, São Paulo-SP

Telefone: (11) 3066 6113

Fax: (11) 3062 4027

E-mail: acs@fundacentro.gov.br

Home page: www.fundacentro.gov.br

Ministério dos Transportes – MT

O Ministério dos Transportes é responsável, no Brasil, pela aplicação do Acordo de Alcance Parcial para Facilitação do Transporte de Produtos Perigosos no Mercosul (Decreto nº 1.797, de 25/01/1996) e acompanhamento e revisão do respectivo Anexo II, que trata das Instruções Técnicas para esse tipo de transporte.

Respectivamente para o transporte terrestre e aquaviário de produtos perigosos, a regulamentação é competência da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, vinculadas ao Ministério dos Transportes.

Endereço:

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, CEP 70044-900, Brasília-DF

Telefone : (61) 311.7001/7002/7003 Fax: (61) 311.7876

Homepage: www.transportes.gov.br

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

A ANTT, em sua área de atuação, é responsável pela regulamentação do transporte de cargas especiais e perigosas em rodovias e ferrovias. Essa regulamentação é desenvolvida pela Gerência de Transportes Especiais, da Superintendência de Logística e Transporte Multimodal.

Atividades/Projetos em andamento referentes ao transporte de substâncias químicas perigosas

- Revisão das Instruções Complementares do Transporte Rodoviário e Ferroviário de Produtos Perigosos, do Ministério dos Transportes (Portaria MT nº 204/1997), tomando como referência o Modelo de Regulamento para o Transporte de Produtos Perigosos das Nações Unidas, e o Acordo Europeu para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;
- Revisão e atualização da Portaria MT nº 349, de 10/06/2002, que aprova as Instruções para Fiscalização de Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos no Âmbito Nacional;
- Atendimento a consultas e orientações solicitadas pelos agentes envolvidos com o transporte de produtos perigosos.

Endereço:

SCS, Quadra 04 Bloco A, Ed. Vera Cruz, 4º Andar, Brasília-DF

CEP 70304-913. Telefone: (61)321-3045 e (61)321-8059 Fax: (61)321 5613

Homepage: www.antt.gov.br

Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA

A ABEMA é uma sociedade civil de direito privado, que representa os órgãos estaduais de meio ambiente do País. Objetiva fortalecer a participação dos Estados na definição e na execução da política ambiental brasileira. A ABEMA mantém intercâmbio com associações congêneres nos âmbitos nacional e internacional e promove a cooperação entre seus associados e entidades governamentais e privadas, tendo como foco principal a busca pelo desenvolvimento sustentável.

A ABEMA articula União, Estados e Municípios com uma gestão ambiental compartilhada e de descentralização de políticas públicas. Promovendo assim a cooperação e o intercâmbio de informações ambientais entre os órgãos de meio ambiente do País. Além disso, propõe e viabiliza programas e projetos de relevante interesse ambiental, atuando no sentido de intensificar a participação das instituições brasileiras na definição e na execução das políticas de meio ambiente.

Seu objetivo principal é o fortalecimento institucional do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e do Sistema Nacional de Recursos Hídricos – SNRH. Além disso, a ABEMA promove: a participação da sociedade nos mecanismos de gestão ambiental e na articulação com os demais setores para viabilizar programas e projetos que contemplem o desenvolvimento sustentável; e a incorporação da variável ambiental nas estratégias de crescimento do país e no conjunto das políticas setoriais, buscando sempre um modelo de desenvolvimento equitativo e equilibrado.

Homepage: www.abema.org.br

Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM

A Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM, entidade sem fins lucrativos, congrega mais de 150 indústrias químicas de grande, médio e pequeno portes, concentradas principalmente nos segmentos de química industrial de base. Representa o setor nas negociações de acordos nacionais e internacionais relacionados a produtos químicos.

A ABIQUIM é também responsável pela coordenação, em nível nacional, dos programas Atuação Responsável® e Plastivida® e pela operação do Pró-Química®, além de administrar o Comitê Brasileiro de Normas Técnicas, da ABNT, para a área química.

Atuação Responsável®

Parte integrante de uma família de programas conhecidos como “Responsible Care”, que estão sendo implantados em vários países em todos os continentes, o Atuação Responsável foi adotado oficialmente no Brasil pela ABIQUIM em 1992. O Programa se propõe a ser um instrumento eficaz para o direcionamento do gerenciamento ambiental de atividades relacionadas à saúde, segurança e ao meio ambiente. O Programa é baseado em Princípios Diretivos e utiliza Códigos de Práticas Gerenciais para sua aplicação. Sua execução é conduzida por Comissões de Lideranças Empresariais, constituídas no âmbito da ABIQUIM e instaladas nas principais áreas de concentração de empresas químicas no Brasil, ouvidos os Conselhos Comunitários Consultivos, formados por lideranças locais.

Os Códigos, em número de seis, abrangem todas as etapas do ciclo de vida dos produtos químicos, além de tratarem de peculiaridades dos próprios produtos. São eles: Segurança de Processos; Saúde e Segurança do Trabalhador; Proteção Ambiental; Transporte e Distribuição; Diálogo com a Comunidade e Preparação para o Atendimento a Emergências; Gerenciamento de Produtos.

Para dar suporte ao desenvolvimento do Atuação Responsável, a ABIQUIM elabora e publica guias técnicos, promove eventos e cursos para conscientização e treinamento, além de atividades complementares (v. também item 6.4).

Plastivida®

A Plastivida, Comissão Executiva do Programa Plastivida da ABIQUIM, representa um grupo de empresas comprometidas em promover a coexistência harmoniosa entre os plásticos manufaturados e o meio ambiente, por meio da divulgação de informações sobre processos de reciclagem, coleta seletiva e a importância do plástico na vida moderna, etc. Representantes das principais empresas produtoras de resinas ter-

moplásticas do Brasil integram a referida Comissão, que tem entre suas atribuições acompanhar a implantação do programa, promover estudos e estabelecer intercâmbios com entidades científicas e ambientalistas do País e do exterior em assuntos relacionados à reciclagem de plásticos e sua interface com o meio ambiente.

Pró-Química®

O Pró-Química, serviço de utilidade pública, é um sistema de informações e comunicações desenvolvido pela ABIQUIM, em operação desde 1989, com o objetivo de fornecer orientações de natureza técnica em caso de emergências com produtos químicos, além de estabelecer contato com o fabricante, transportador e entidades públicas e privadas que devem ser acionadas em ocorrências dessa natureza. A Central de Informações opera ininterruptamente 24 horas por dia, inclusive nos sábados, domingos e feriados, recebendo os chamados pelo telefone 0800 11 8270 (Discagem Direta Gratuita) de qualquer parte do território nacional, sempre que ocorrer uma situação claramente emergencial envolvendo produtos químicos, tanto durante o transporte como em locais fixos. O Pró-Química fornece, também, informações relacionadas ao manuseio, transporte e armazenamento de produtos químicos.

SASSMAQ

O Sistema de Avaliação de Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade – SASSMAQ é aplicado aos fornecedores de serviços de logística das indústrias químicas signatárias do Programa Atuação Responsável para produtos químicos e tem como objetivo aperfeiçoar o processo de avaliação destas a qualificação dessas empresas de forma que elas, cada vez mais, atendam aos padrões técnicos desejados pela indústria química. O objetivo fim do SASSMAQ é visando reduzir ao mínimo os riscos provenientes das operações de transporte e distribuição.

Endereço:

Rua Santo Antonio, 184, 17ª e 18ª andar, CEP 01314 900, São Paulo -SP

Telefone: (11) 3242 1144

Fax(11) 3242 0919

E-mail: abiquim@abiquim.org.br

Home page: www.abiquim.org.br

Central Única dos Trabalhadores – CUT

Confederação Nacional dos Químicos – CNQ/CUT

Fundada em 1983, a CUT tem como principal objetivo a defesa dos interesses históricos e imediatos dos trabalhadores/as, utilizando a prática da negociação como forma de alcançar seus objetivos. Organiza os trabalhadores desde seu local de trabalho até no âmbito internacional e participa de diversos fóruns de gestão e negociação tripartite.

A CUT representa atualmente 21,5 milhões de trabalhadores, 7 milhões dos quais, sindicalizados. São descritas abaixo suas principais características e atividades:

- Possui atualmente 13,5 mil sindicatos filiados em todos os segmentos econômicos, em todo o país
- Possui uma direção nacional eleita a cada três anos
- Possui direções estaduais em todos os estados e territórios do país (estrutura horizontal)
- Organiza 18 ramos econômicos (estrutura vertical)
- Possui uma agência de informação eletrônica (Agência CUT) que edita diariamente um boletim eletrônico (INFORMACUT)
- Possui um Coletivo Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho e Meio Ambiente (CNSTMA), organizado em 22 estados e 12 Ramos
- Possui um Instituto Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (INST) que assessoria a direção nacional
- Possui um Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos (DESEP)
- Possui sete escolas de formação sindical em diferentes regiões do país
- Possui um Observatório Social focado na conduta de empresas multinacionais que atuam no país, abordando inclusive segurança e saúde no trabalho e meio ambiente
- Possui um Coletivo Nacional de Meio Ambiente
- Preside o Fórum Brasileiro de ONGs

Instituto Nacional de Saúde no Trabalho da Central Única dos Trabalhadores – INSTCUT

Endereço:

Rua Caetano Pinto, 575, CEP 03041-000, São Paulo-SP

Telefone: (11) 3272 9411

Fax: (11) 3272 9610

E-mail: inst@instcut.org.br

Home page: www.instcut.org.br

Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS

O Fórum Brasileiro de ONGs foi criado em 1990 para facilitar a articulação e a participação da sociedade civil brasileira na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro.

Com mais de 500 entidades filiadas, o FBOMS vem sendo, desde sua criação, o principal canal de participação da sociedade brasileira nas lutas e eventos socioambientais nacionais e internacionais. O trabalho desenvolvido pelo Fórum procura concretizar a unificação entre as questões políticas, socioeconômicas e ambientais, na busca da sustentabilidade e, ao mesmo tempo, com a finalidade de construir uma sociedade justa, equitativa e ambientalmente correta.

Foi no âmbito do Fórum que surgiram diversas redes e grupos de trabalho, como: a Rede de ONGs da Mata Atlântica, a Rede de ONGs do Cerrado, o Grupo de Trabalho sobre Política Florestal, o Grupo de Trabalho sobre Sociobiodiversidade e o Grupo de Trabalho sobre Agenda 21.

Os seguintes Grupos de Trabalho (GT) estão formalizados no FBOMS:

GT AGENDA 21

GT ÁGUA

GT BIODIVERSIDADE

GT COMÉRCIO INTERNACIONAL E MEIO AMBIENTE

GT ENERGIA

GT FLORESTA

GT MUDANÇAS GLOBAIS

No âmbito da segurança química, o Fórum Brasileiro de ONGs tem acompanhado as questões que compõem este tema a partir da atuação de Amigos da Terra / Brasil, entidade signatária do Fórum e que mantém um Programa Permanente de Segurança Química.

Amigos da Terra / Brasil (AT/BR) atua na defesa do meio ambiente e em prol de uma visão de mundo que priorize o desenvolvimento a partir de bases ecologicamente sustentáveis.

Com sede no RS, AT/BR surgiu em 1964, com objetivos e ações voltados à promoção da cidadania. Nos anos 70, ampliou seu foco de atuação para as questões ecológicas, passando a integrar a Federação Internacional Friends of the Earth no início da década de 80.

Os principais programas de ação de AT/BR atuais envolvem a Proteção da Mata Atlântica; Energia e Mudanças Climáticas; Segurança Química; Sustentabilidade nas Cidades, e a participação na campanha global de proteção à Antártica.

O Programa de Segurança Química tem como principais objetivos a difusão do fluxo de informações sobre: o uso seguro de substâncias químicas; a prevenção dos riscos envolvidos na produção, uso, armazenagem, transporte e disposição de substâncias químicas; e meios de evitar e minimizar os riscos associados a estes materiais à saúde humana e ao meio ambiente.

Contatos:**FBOMS**

www.ongsbrasil.org

www.natbrasil.org

ceaong@uol.com.br

Amigos da Terra/Brasil

natbrasil@natbrasil.org

Fone/Fax: +55 53 225-4954

Fone/Fax: +55 51 3332-8884

Participação das Universidades na CONASQ

O setor acadêmico é representado na CONASQ pela Universidade de Brasília – UnB (www.unb.br) e pela Universidade de São Paulo – USP (www.usp.br). A UnB, criada em 1962, e a USP, criada em 1934, atuam como facilitadores entre o meio acadêmico e as várias instituições componentes da CONASQ, nas questões de segurança química e meio ambiente. No Brasil existem 506 cursos de graduação em química credenciados pelo Ministério da Educação – MEC (www.mec.gov.br) nas seguintes habilitações: licenciatura, bacharelado, química tecnológica, industrial e engenharia química. Esses cursos são oferecidos em instituições federais, estaduais, municipais e privadas. A pós-graduação em química, embora jovem no País, já conta com 61 cursos de mestrado e 39 de doutorado (www.capes.gov.br). Os temas das linhas de pesquisa são variados e envolvem as áreas clássicas bem como as aplicadas, nos seus múltiplos aspectos. Exemplos: na área de química orgânica: síntese, produtos naturais, química fina, petroquímica, medicamentos, físico-química orgânica, fotoquímica, organometálicos, etc. Em química inorgânica: compostos de coordenação, síntese, bio-inorgânica, processos catalíticos etc. Em química analítica, as atividades estão centradas no desenvolvimento de métodos de separações, detecções e determinações de constituintes, espectroanalítica, eletroanalítica e bioquímica analítica. As pesquisas em físico-química são em grande parte em eletroquímica, físico-química teórica, química computacional, cristais líquidos, fluidos complexos, termodinâmica, termoquímica e polímeros. As pesquisas multidisciplinares são cada vez mais exigidas pelo mundo atual e os grupos de pesquisas brasileiros têm respondido a esta demanda com bons resultados. Áreas recentes como, por exemplo, a de nanopartículas desponta com novos materiais e novas aplicações. O processo de inovação é fortemente apoiado pelo governo por meio da FINEP – Agência Brasileira de Inovação (www.finep.gov.br) em todas as suas etapas e dimensões: da pesquisa em laboratório ao desenvolvimento de mercados para produtos inovadores.

No âmbito das linhas temáticas e ações prioritárias da CONASQ, as universidades têm colaborado em vários assuntos dentre eles os agrotóxicos, mercúrio e resíduos químicos. Dois grupos eletrônicos de discussão, um com respeito a avaliação global do mercúrio e seus compostos (gtmercurio@yahoo.com.br) e outro com relação a resíduos químicos (copasqprioridade16@yahoo.com.br) tem sido importantes fórum para troca de informações e busca de soluções comuns. No Perfil Nacional da Gestão de Substâncias Químicas, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente www.mmma.gov.br

são apresentadas referências nacionais que constituem a infra-estrutura técnica de suporte à gestão de substâncias químicas.

Informações com respeito ao ensino superior, às universidades e instituições de pesquisa e ensino podem ser obtidas na página do MEC – www.mec.gov.br/nivemod/educsupe.shtm.

Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS

Responsabilidades ou competências da instituição

A Organização Pan-Americana da Saúde é um organismo internacional de saúde pública com um século de experiência, dedicado a melhorar as condições de saúde dos países das Américas. Ela também atua como Escritório Regional da Organização Mundial da Saúde para as Américas e faz parte dos sistemas da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU).

Atividades e projetos na gestão de substâncias químicas

As atividades e projetos desenvolvidos pela Organização Pan-Americana da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde têm como objetivo apoiar os países, cooperando tecnicamente, para cumprir com os compromissos da Agenda 21, em particular os capítulos 6 (Proteção e Promoção das Condições da Saúde Humana), 19 (Manejo Ecologicamente Saudável das Substâncias Químicas Tóxicas, Incluindo a Prevenção do Tráfico Internacional Ilegal dos Produtos Tóxicos e Perigosos), 20 (Manejo Ambientalmente Saudável dos Resíduos Perigosos, Incluindo a Prevenção do Tráfico Internacional Ilícito de Resíduos Perigosos), durante a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro.

Além disso, a Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde proporcionam ajuda técnica para fortalecer a capacidade dos países na gestão racional dos produtos químicos e divulgar avaliações dos riscos proporcionados por substâncias químicas à saúde e ao meio ambiente. Esse trabalho é realizado pelo Programa Internacional de Segurança Química (IPCS) em conjunto com outras duas organizações internacionais: a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Neste contexto, a Representação no Brasil da OPAS/OMS desenvolve a cooperação técnica com os diferentes ministérios, em especial os da Saúde e o do Meio Ambiente, organizações da sociedade civil e tem participado da CONASQ. É importante lembrar a contribuição da Representação na organização do III Fórum Intergovernamental de Segurança Química (IFCS) realizado em 2000, em Salvador, Bahia.

Endereços:***Representação no Brasil da Organização Pan-Americana da Saúde/
Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS)***

Setor de Embaixadas Norte, Lote 19, CEP 70800-400, Brasília-DF.

Tel: +55 (61) 426-9595,

Fax: +55 (61) 426-9591.

E-mail: postmaster@bra.ops-oms.org

Internet: www.opas.org.br.

Pan American Health Organization

525 23rd St., N.W. Washington, D.C. 20037. U.S.A

Tel: +1 (202) 974-3000.

Fax: +1 (202) 974-3663.

<http://www.paho.org>

World Health Organization

20 Avenue Appia 1211 Geneva 27 Switzerland

Fax: +41 22 791 48941211.

<http://www.who.int/>